

12 MAR 1992

JORNAL DO BRASIL

Primeira disputa no Congresso *na* acaba em empate

BRASÍLIA — A primeira disputa entre governo e oposição no Congresso, depois que o presidente Fernando Collor entregou parte do ministério a políticos, terminou empatada. Ontem, nenhum dos dois grupos teve número suficiente para votar pedido de urgência ao projeto que cria a Secretaria de Governo, como queria o Planalto, nem ao decreto legislativo que suspende a tramitação do decreto do Executivo adiando para 93 o pagamento dos 147% aos aposentados, como desejava a oposição. Esse embate, que dará a exata medida da correlação de forças no Legislativo, ficou adiado. “Na próxima semana, traga seu rebanho”, aconselhava José Genoíno, do PT, ao líder do bloco PFL-PRN, Luís Eduardo Magalhães, que respondeu em cima: “Traga você o seu.”

O PMDB, junto com a esquerda, que no dia anterior tinha prometido obstruir a pauta da Câmara até que a questão dos aposentados fosse a votação, conseguiu criar um sobressalto entre os governistas. Logo no início da tarde, a oposição conseguiu 352 assinaturas de apoio ao pedido de urgência para o decreto legislativo. Embora Magalhães já soubesse que seria fácil ao PMDB reunir as assinaturas — elas necessariamente não se traduzem em votos —, não esperava que fosse tão rápido, antes de o Planalto acionar a pleno vapor seu rolo compressor.

Como o governo dispunha de assinaturas de líderes partidários representando 302 deputados, a solução foi partir para uma tentativa de disputa no plenário. Na verificação de quórum, ficou claro que os 398 parlamentares presentes poderiam não ser suficientes para dar a vitória a um lado ou a outro. O governo, então, vendo que ninguém tinha número, tentou jogar a esquerda no fogo. Luís Eduardo Magalhães anunciou à Mesa que retirava o pedido de urgência para a secretaria de Jorge Bornhausen e que a oposição poderia, sozinha, aprovar seu pedido. O líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), preferiu, nesse momento, jogar também na defensiva: já que o painel eletrônico mostraria que a oposição também não tinha votos, ele retirou seu pedido de urgência.

O governo terá agora uma semana para transformar os apoios dos seus líderes em votos efetivos das bancadas e conseguir adesões na oposição. O líder do governo na Câmara, Humberto Souto (MG), fez na tarde de ontem desastrada tentativa de acordo, aparentemente, em nome pessoal. Ele chegou a dizer à oposição que o governo estava disposto a pagar aos aposentados a diferença entre o reajuste de 54% que eles receberam em setembro e o INPC de março a setembro passado, de 79,9%. Ninguém sequer considerou a proposta, e até o líder do bloco governista, Luís Eduardo Magalhães, estranhou: “Não tenho a menor idéia de onde ele tirou essa proposta.”

O primeiro sinal de irritação do governo com o PMDB foi a decisão de interferir no diretório do PFL em Goiás, hoje controlado pelo governador Íris Resende, do PMDB, por intermédio de seu chefe de gabinete, Volnei Siqueira. Íris reclamou com o comando do PFL, chegando a procurar até o governador Antônio Carlos Magalhães, mas não adiantou. A partir de amanhã, o diretório será entregue a dois novos filiados do PFL: os deputados Délio Braz, que sai do PMDB, e Ronaldo Caiado.